CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA
A Comissão de Justiça e Redação
Em 16 de 10 de 23
Presidente

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 226/2023

APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA
DATA: 16/10/23
PRESIDENTE

Concede Título de Cidadã Miguelense à Ilma. Sra. Lorena Braga Raposo.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA APROVOU E EU PROMULGO O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica concedido Título de Cidadã Miguelense à **Ilma. Sra. Lorena Braga Raposo**.

Parágrafo Único. O Título de que trata o presente artigo será entregue em Sessão Solene a ser marcada pela Presidência da Câmara Municipal.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFCATIVA

Conforme currículo anexo.

Sala Hamilton Ferreira Gomes, 16 de outubro de 2023.

VITOR BATISTA RALHA DE AFONSECA
Vereador

Plataforma Lattes



Lorena Braga Raposo

Endereço para acessar este CV: https://lattes.cnpq.br/5833620278963139

Última atualização do currículo em 24/05/2023

Resumo informado pelo autor

Coordenadora do Curso de Direito da FAMIPE - Faculdade de Ilhéus Pondera. Professora de Direito Penal, Processual Penal e Prática Jurídica na Faculdade FAMIPE e na UNIGRANFIO/AFYA - Universidade Grande Rio. Professora Colaboradora de Direito Penal e Processo Penal da Escola Dirigida. Mestranda em Direito na Universidade Católica de Petrópolis - UCP. Especialista em Direito Público - UCP. Pesquisadora membro do grupo "Smartdefense Panel, Procedural & Forensic Functionality" - UCP. Membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. Advogada Criminalista.

(Texto informado pelo autor)

Nome civil

Nome Lorena Braga Raposo

Dados pessoais

Nascimento [redacted] Brasil

CPF [redacted]

Formação acadêmica/titulação

2018 - 2020 Mestrado em Direito
Universidade Católica de Petrópolis, UCP, Petrópolis, Brasil
Título: [redacted]
Orientador: [redacted]

2009 - 2011 Especialização em Direito Público
Universidade Católica de Petrópolis, UCP, Petrópolis, Brasil
Título: [redacted]
Orientador: [redacted]

2002 - 2006 Graduação em Direito
Universidade Estácio de Sá, UNESA, Nova Iguaçu, Brasil
Título: Bacharel em Direito
Conclusão do curso em: [redacted]

Formação complementar

2022 - 2022 [redacted]
Universidade de Brasília, UNB, Brasília, Distrito Federal, Brasil

2011 - 2011 [redacted]
Instituto Brasileiro de Direito Público, IBDP, Brasil

2009 - 2009 [redacted]
Sociedade de Assistência à Saúde Dentária, [redacted]

2008 - 2009 [redacted]
Curso Objetivo, CO, Brasil

Atuação profissional

[redacted]

Vínculo institucional

2013 - 2014 [redacted]
Função: [redacted]
Outras informações:
[redacted]

2013 - 2013 [redacted]
Função: [redacted]
Outras informações:
[redacted]

Atividades

07/2013 - Atual Graduação: Direito

Disciplinas ministradas
[redacted]

Professor Curso

Vínculo institucional

2014 - Atual

Vínculo: Colaborador | Enquadramento funcional: Professor Colaborador | Carga horária: 20
Outras informações:
Professor Adjunto do Campus Bacabal da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) com dedicação exclusiva (DE) e atuação no Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal (PPGCA) nível Mestrado e Doutorado.

Vínculo institucional

2011 - 2013

Vínculo: Colaborador | Enquadramento funcional: Professor Colaborador | Carga horária: 20
Outras informações:
Professor Adjunto do Campus Bacabal da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) com dedicação exclusiva (DE) e atuação no Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal (PPGCA) nível Mestrado e Doutorado.

Vínculo institucional

2011 - 2011

Vínculo: Colaborador | Enquadramento funcional: Professor Colaborador | Carga horária: 20
Outras informações:
Professor Adjunto do Campus Bacabal da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) com dedicação exclusiva (DE) e atuação no Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal (PPGCA) nível Mestrado e Doutorado.

Vínculo institucional

2009 - 2020

Vínculo: Servidor público | Enquadramento funcional: Assessor Jurídico | Carga horária: 40 | Regime: Parcial
Outras informações:
Exercício de atividades jurídicas e assessoramento em demandas judiciais e administrativas de interesse da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, com ênfase em direito de família, direito da criança e do adolescente, direito das sucessões, direitos humanos e direito civil.

Vínculo institucional

2009 - 2013

Vínculo: Servidor público | Enquadramento funcional: Defensor Público | Carga horária: 40 | Regime: Parcial
Outras informações:
Atuação exclusiva perante as varas de família, infância e juventude, cível e criminal da comarca de Bacabal, com atribuições para atendimento de pessoas carentes, ajuizamento de ações e acompanhamento de processos.

Vínculo institucional

2010 - Atual

Vínculo: Professor Visitante | Enquadramento funcional: Professor Colaborador | Carga horária: 20 | Regime: Parcial
Outras informações:
Professor Adjunto do Campus Bacabal da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) com dedicação exclusiva (DE) e atuação no Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal (PPGCA) nível Mestrado e Doutorado.

Vínculo institucional

2018 - Atual

Vínculo: Bolsista | Enquadramento funcional: Mestrado | Regime: Parcial

Vínculo institucional

2023 - Atual

Vínculo: Docente | Enquadramento funcional: Professor Adjunto | Carga horária: 40 | Regime: Dedicação exclusiva

2022 - 2023

Vínculo: Docente | Enquadramento funcional: Professor Adjunto | Carga horária: 40 | Regime: Dedicação exclusiva

2021 - Atual

Vínculo: Docente | Enquadramento funcional: Professor Adjunto | Carga horária: 40 | Regime: Dedicação exclusiva
Outras informações:
Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) nível Mestrado e Doutorado.

Vínculo institucional

2019 - 2021

Vínculo: Professor Visitante | Enquadramento funcional: Professor Colaborador | Carga horária: 20
Outras informações:
Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal (PPGCA) nível Mestrado e Doutorado.

2018 - 2020

Vínculo: Docente | Enquadramento funcional: Professor Adjunto | Carga horária: 40 | Regime: Parcial
Outras informações:

Instituto de Ciências Humanas e Letras - Departamento de Direito - Área de Direito Público - Mestrado em Direito e Gestão de Conflitos

Produção

Produção bibliográfica

Livros publicados

1. RAPOSO, L. B.
Direito Eleitoral: Propaganda Política e Princípio da Anterioridade Eleitoral. 1ª ed. Curitiba: Juruá, 2010.

Capítulos de livros publicados

1. RAPOSO, L. B.; MADURO, F. M.
A Política criminal e o direito de resistência no Estado Social e Democrático de Direito. In: Ana Paula Barbosa-Fohrmann; Ana Paula Motta Costa; Fernanda Bestetti de Vasconcellos; Luciana Boiteux. (Org.). Direito Penal e Política Criminal: Perspectivas e Desafios. 1ed. Curitiba: Juruá, 2014, v. 1, p. 13-28.

2. RAPOSO, L. B.; MADURO, F. M. [illegible]
[illegible] [illegible] [illegible] [

3. [illegible] A Teoria da Ofensa Deliberada e sua aplicação nos crimes de lavagem de dinheiro. 2020. Curso [illegible]

4. [illegible] Análise dos fatos praticados por doentes mentais e psicopatas homicidas. 2020. [illegible]

5. [illegible] Assédio Sexual contra as Mulheres: uma análise sobre o tipo penal e sua interferência psicológica. 2020. [illegible]

6. [illegible] Direito Penal do Inimigo. 2020. [illegible]

7. [illegible] Imputabilidade Penal do Psicopata: estudo de caso sobre o Maníaco do Parque. 2020. [illegible]

8. [illegible] O aborto legal no Brasil e a Portaria 2.282/20 do Ministério da Saúde. 2020. [illegible]

9. [illegible] O crime à luz do Pacote Anticrime - Lei 13.964/2019. 2020. [illegible]

10. [illegible] O não da colaboração premiada na operação Lava-Jato. 2020. [illegible]

11. [illegible] Pornografia de Vingança: fim da privacidade. Início de um pesadelo. 2020. [illegible]

12. [illegible] Prisão em segunda instância: a (in)constitucionalidade da execução da pena antes do trânsito em julgado. 2020. [illegible]

13. [illegible] Redução da Maioridade Penal para Crimes Hediondos. 2020. [illegible]

14. [illegible] Violência Doméstica em tempos de Coronavírus: quando o perigo mora ao lado. 2020. [illegible]

15. [illegible] A aplicação do instituto da delação premiada prevista na Lei nº 12.850/2013 após o impeachment de 2016. 2017. [illegible]

16. [illegible] A privatização do Sistema Carcerário Brasileiro. 2017. [illegible]

17. [illegible] A redução da maioridade penal: bem como seus efeitos em discussão no Brasil e a principal justificativa dos infratores: chegarem aos 18 anos sem considerados reincidentes. 2017. [illegible]

18. [illegible] A RELATIVIZAÇÃO DA VULNERABILIDADE DA VÍTIMA MENOR DE 14 ANOS NO CRIME DE ESTUPRO. 2017. [illegible]

19. [illegible] Aborto, a defesa do conceito no período gestacional. 2017. [illegible]

20. [illegible] ADMISSÃO DA EXECUÇÃO DA PENA APÓS CONDENAÇÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA. 2017. [illegible]

21. [illegible] Aplicação da Lei Maria da Penha nas relações homoafetivas. 2017. [illegible]

22. [illegible] ASPECTOS RELACIONADOS AO FEMINICÍDIO DENTRO DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO. 2017. [illegible]

23. [illegible] Aumento das penas nos crimes de homicídio doloso e porte de armas. 2017. [illegible]

24. [illegible] Crimes Cibernéticos. 2017. [illegible]

25. [illegible] Da aplicação da lei penal face a ressocialização do serial killer. 2017. [illegible]

26. [illegible] Embriaguez ao volante e a responsabilidade penal objetiva. 2017. [illegible]

27. [illegible] Feminicídio e a Violência Doméstica. 2017. [illegible]

28. [illegible] MINISTÉRIO PÚBLICO E POLÍCIA JUDICIÁRIA NA CONDUÇÃO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL. 2017. [illegible]

29. [illegible] O adiamento e denúncia à luz de um processo penal de bases democráticas. 2017. [illegible]

30. [illegible] O princípio da insignificância no ordenamento jurídico brasileiro. 2017. [illegible]

31. [illegible] O princípio da presunção da inocência frente a efetividade das declarações judiciais no julgamento do HC 126.292 pelo STF. 2017. [illegible]

32. [illegible] Responsabilidade Penal do usuário de drogas. 2017. [illegible]

33. [illegible] Um novo olhar do feminicídio face à inclusão no rol de crimes hediondos. 2017. [illegible]

34. [illegible] UM OLHAR SOBRE A TERCEIRIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO NO BRASIL. 2017. [illegible]

35. [illegible] A DIMINUIÇÃO DA MAIORIDADER PENAL NOS CRIMES HEDIONDOS E A NÃO UTILIZAÇÃO DO CRITERIO BIOLÓGICO. 2014. [illegible]

36. [illegible] A PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL E SUA IMPORTÂNCIA NO BRASIL. 2016. [illegible]

37. [illegible] A prova do dolo de embriagarez ao volante e as recentes alterações legislativas. 2016. [illegible]

38. [illegible] A TIPIFICAÇÃO E O COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. 2016. [illegible]

39. [illegible] Aborto ou Antecipação terapêutica dos fetos anencefálicos. 2012. [illegible]

40. [illegible] Das medidas protetivas a mulher e a eficácia da Lei Maria da Penha. 2014. [illegible]

41. [illegible] DIREITO DA PRIVACIDADE À LUZ DA LEI 12.737 DE 2012. 2016. [illegible]

42. [illegible] LEGÍTIMA DEFESA REAL E IMAGINÁRIA. 2015. [illegible]

43. [illegible] Maioridade Penal: o clamor público de uma sociedade que suplica por justiça. 2016. [illegible]

44. [illegible] O aborto eugênico nos casos de anomalia fetal. 2016. [illegible]

45. [illegible] O abuso na aplicação do dolo eventual nos crimes de trânsito. 2015. [illegible]

46. [illegible] Responsabilidade do Estado na Proteção das Vítimas da Lei Maria da Penha. 2015. [illegible]

47. [illegible] BENEFÍCIOS DOS PRESIDIÁRIOS E A SEGURANÇA DA SOCIEDADE. 2015. [illegible]

48. [illegible] Dignidade da Pessoa Humana dentro do Sistema Carcerário Brasileiro. 2015. [illegible]

49. [illegible] INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA: ASPECTOS LEGAIS SOBRE A APLICABILIDADE DA MEDIDA TERAPÊUTICA. 2015. [illegible]

50. [illegible] LEI CAROLINA DIECKMANN – LEI Nº 12.737/2012. 2013. [illegible]

51. [illegible] O CRIME DE CONSTITUIÇÃO DE MILÍCIA PRIVADA E A COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS JULGADORES. 2015. [illegible]

52. [illegible] O menor infrator e a imputabilidade penal de acordo com os interesses sociais. 2015. [illegible]

53. [illegible] TIPIFICAÇÃO DO TERRORISMO À LUZ DO PL 499/2013 E A IMPOSSIBILIDADE DE RETORNO DO ATO INSTITUCIONAL N° 5 NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO. 2013. [illegible]

54. [illegible] Violência Doméstica e Familiar contra a mulher: aplicação, mecanismos e efetividade. 2015. [illegible]

55. [illegible] VIOLÊNCIA DOMESTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E A NATUREZA JURÍDICA DA AÇÃO PENAL NO CRIME DE LESÃO CORPORAL LEVE. 2015. [illegible]